

Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro

Perante a gravidade dos acontecimentos nos Países Nacionais de Tancos, em que a imagem e credibilidade das Forças Armadas (FA) em geral, e do Exército, em particular, ficaram seriamente afetadas, tornam-se pertinentes e incontornáveis algumas interrogações?

1. Há quanto tempo, o MDN era conhecedor das dificuldades que afetam as FA, pela suborçamentação sucessiva de que vêm sendo alvo, com o conseqüente impacto na disponibilidade dos recursos humanos e materiais, que objetivamente tendem a comprometer a eficácia da sua missão e as responsabilidades que lhes estão constitucionalmente assignadas?

2. Os Chefes militares não têm alertado a tutela política, para essa realidade, ao longo do tempo?

3. Se o têm feito, e acredito, sinceramente, que sim, o que é que o MDN tem feito para responder a tais preocupações, para além de manter uma política de suborçamentação e de cativações permanentes dos respetivos orçamentos de funcionamento, de reequipamento e de infra estruturas?

4. A situação ocorrida, que, pelas questões levantadas, infelizmente, tem uma elevada taxa de probabilidade de se repetir, neste ou noutros moldes, enquanto o poder político não encarar, com a importância que obriga, a questão da Defesa Nacional e das FA, subvalorizando, em permanência, os seus ativos e as suas missões, contribui decisivamente para a descredibilização das mesmas e para o distanciamento da sociedade em relação à sua existência e necessidade.

Resta a pergunta se esta realidade será premeditada, ou meramente fruto da incompetência de quem tem responsabilidades políticas na matéria?

5. Perante a extrema gravidade dos factos, será que a admissão das responsabilidades da tutela, se deverá reduzir simplesmente a um encadeado de palavras e intenções, ou se não se deveria estender a atos concretos, porventura mais coerentes com responsabilidades acumuladas até ao momento?

6. Será que a demissão noticiada de cinco Comandantes, mesmo que provisoriamente (ato administrativo que, em várias décadas de serviço ativo, nunca vi invocar, e que, em absoluto, desconhecia) poderá servir para responder, no imediato, a certos sectores da oposição, que contribuiram, decisivamente, no passado recente, para a desconstrução e desprestígio das FA, e ao mesmo tempo saciar a voragem da comunicação social sobre a matéria?

Haja, de vez, um momento para refletir sobre a verdade dos factos, as suas causas implícitas e explícitas, para que as Entidades responsáveis possam assumir posições que evitem a ocorrência de situações, que pela sua natureza, possam comprometer, ainda mais, a confiança do País nas suas FA.

Neste sentido, seria indispensável que os Chefes militares entendessem este desafio e a obrigatoriedade de o enfrentar, retirando as devidas ilações, para que a sua posição pudesse servir para esclarecer a Nação, de forma clara e precisa, das reais causas e dos efetivos responsáveis pela situação a que as FA e os Militares chegaram.